

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

**Demonstrações financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015
relatório dos auditores independentes**



Parker Randall Brasil

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Índice

Demonstrações financeiras auditadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores
Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto C - Criança, Cuidado, Cidadão (Associação), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto C - Criança, Cuidado, Cidadão em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a NBC ITG 2002 - aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros e da NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a NBC ITG 2002 - aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros e da NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

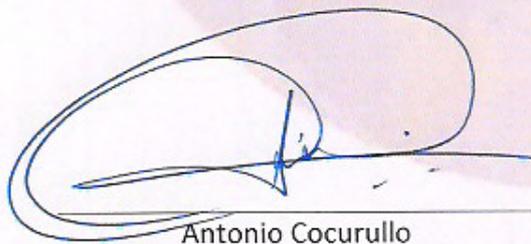
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

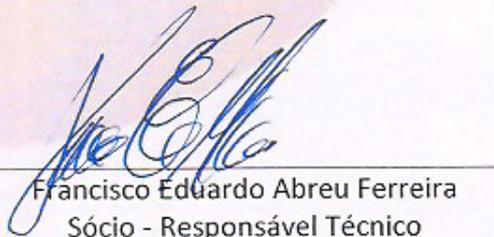
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de maio de 2017.



Antonio Cocurullo
Sócio - Responsável Técnico
CRC-SP 1SP-165.068/O-8



Francisco Eduardo Abreu Ferreira
Sócio - Responsável Técnico
CRC-SP 1SP-173.274/O-0

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão
 Balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro 2016
 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição		1.375.240	710.521	Contas a pagar		8.157	7.593
Caixa e equivalentes de caixa – com restrição		33.142	-	Obrigações trabalhistas		51.934	52.118
	4	1.408.382	710.521	Serviços a prestar	8	743.019	206.656
						803.110	266.367
Contas a receber	5	635.275	140.196				
Tributos a recuperar	6	758	-				
Outros ativos		-	3.427				
		2.044.415	854.144				
Não circulante							
Tributos a recuperar	6	-	376				
Outros ativos		-	202				
		-	578				
				Patrimônio líquido			
Intangível		161	270	Patrimônio social		633.479	344.970
Imobilizado	7	53.835	44.854	Superávit		661.822	288.509
		53.996	45.124			1.295.301	633.479
Total do ativo		2.098.411	899.846	Total do passivo e do patrimônio social		2.098.411	899.846

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas das atividades assistenciais			
Com restrição			
Patrocínio		767.551	610.305
Sem restrição			
Doações de pessoas jurídicas e físicas		992.326	508.032
Eventos		221.533	168.500
Serviços voluntários	11	58.988	48.206
Total das receitas das atividades assistenciais		2.040.398	1.335.043
Custos das atividades assistenciais			
Plano de ação familiar – PAF	9	(1.016.636)	(639.532)
Resultado bruto		1.023.762	695.511
Despesas das atividades assistenciais			
Gerais e administrativas	9	(384.029)	(320.602)
Serviços voluntários	11	(58.988)	(48.206)
Outras, líquidas		(3.288)	(67.994)
Total das despesas assistenciais		(446.305)	(436.802)
Resultado operacional		577.457	258.709
Receitas financeiras		90.300	33.133
Despesas financeiras		(5.935)	(3.333)
Resultado financeiro, líquido	10	84.365	29.800
Superávit do exercício		661.822	288.509

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em
31 de dezembro de 2016

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	195.119	147.335	342.454
Transferência do superávit	147.335	(147.335)	-
Reserva de doações e subvenções	2.516	-	2.516
Superávit do exercício	-	288.509	288.509
Saldo em 31 de dezembro de 2015	344.970	288.509	633.479
Transferência do superávit	288.509	(288.509)	-
Superávit do exercício	-	661.822	661.822
Saldo em 31 de dezembro de 2016	633.479	661.822	1.295.301

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		661.822	288.509
Ajustes:			
Resultado na baixa de ativos		357	122
Depreciação e amortização	7	11.737	7.848
Superávit ajustado		673.916	296.479
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(495.079)	31.148
Estoques		-	61.431
Tributos a recuperar		(382)	-
Outros ativos		3.629	-
Contas a pagar		564	10.108
Serviços a prestar		536.363	(23.683)
Obrigações trabalhistas		(184)	37.513
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		718.827	412.996
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de ativos imobilizados e intangível	7	(20.966)	(15.975)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(20.966)	(15.975)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		697.861	397.021
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício			
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4	710.521	313.500
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	4	1.408.382	710.521
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		697.861	397.021

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2016

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Associação Saúde Criança São Paulo (“Entidade”) foi fundada em 10 de outubro de 2011 e é uma franquia social do projeto Saúde Criança, projeto criado pela médica Dra. Vera Cordeiro, em 1991, no Rio de Janeiro. A Entidade tem a missão de promover o bem estar biopsicossocial de crianças e suas famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Com uma metodologia inovadora e reconhecida mundialmente, a Entidade acredita que é possível ensinar famílias a se reestruturarem sem depender do assistencialismo. A metodologia parte da premissa de que uma criança que vive em situação de vulnerabilidade social e estiver com alta hospitalar não pode ser liberada sem um acompanhamento das condições que a cercam. A equipe da Entidade, por meio do Plano de Ação Familiar (PAF), atua no ciclo vicioso e vai à causa do problema.

Em 31 de outubro de 2016 foi realizada uma Assembléia Geral Extraordinária, onde foi aprovada a alteração da denominação social e do objeto social da Entidade, sendo agora adotada a denominação social de Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão. Com isso o novo objeto social é empoderar famílias para que promovam um ambiente onde as crianças e adolescentes possam desenvolver todo o seu potencial. Além disso como Instituto C buscará planejar, promover, coordenar e exercer atividades nas áreas de assistência social, cidadania, habitação, educação, assistência básica e profissionalização. A alteração perante os órgãos competentes como, Receita Federal, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e Prefeitura Municipal de São Paulo, foram realizadas no decorrer de janeiro de 2017.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Entidade em 04 de maio de 2017.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição contrário.

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2016

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1 Base de preparações

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R1) e também considerando os aspectos a serem observados por entidade sem finalidade de lucro, em conformidade com a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) e a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico no qual a Entidade atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.3 Apuração do superávit

A apuração do superávit é efetuada pelo regime de competência e seu modelo segue as práticas contábeis para associações sem fins lucrativos (ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros), emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em seu manual de procedimentos contábeis para entidades do terceiro setor.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Entidade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Entidade compreendem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber (Notas 2.4 e 2.7).

2.5.2 Recomendação e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Entidade não faz uso de instrumentos derivativos.

2.7 Contas a receber

As contas a receber de patrocinadores correspondem aos valores a receber dos termos de compromissos de patrocínio assinados junto aos patrocinadores feito em contrapartida da conta de serviços a prestar, no passivo circulante (Nota 2.10). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de patrocinadores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a PCLD - provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2016

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.8 Estoques

A Entidade optou por realizar a baixa integral dos montantes registrados nesta rubrica, levando em consideração a convenção contábil da materialidade. Após a adoção desta prática contábil as novas aquisições e as doações recebidas passaram a ser contabilizadas em despesa. Os controles auxiliares de quantidade foram mantidos pela Entidade.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens ou uma avaliação pelo valor de mercado, quando recebidos em doação.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Computadores e periféricos	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2016

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.10 Serviços a prestar

Os serviços a prestar correspondem à contrapartida das contas a receber que foram registrados a partir dos termos de compromisso de patrocínio à Entidade assinados junto aos patrocinadores. As receitas de serviços são levadas ao resultado à medida que os serviços são prestados.

Os contratos firmados entre os patrocinadores e a Entidade têm como principal objetivo o investimento social privado, nos quais os recursos doados devem ser utilizados na prestação de serviços sociais pela Entidade. Se o prazo da prestação de serviços é equivalente a um ano ou menos, os serviços a prestar são classificados no passivo circulante. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.12 Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial, acrescido dos superávits e subtraído os déficits acumulados desde a fundação da Entidade.

2.13 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos contratos de patrocinadores que a Entidade possui ou do recebimento de doações.

As receitas de doação são registradas por competência, à medida que são recebidas pela Entidade. Tais doações podem ser efetuadas por pessoas físicas e/ou jurídicas, das quais não se possui previsão para o recebimento. Normalmente as doações são recebidas via depósito ou transferência bancária, onde os valores são identificados e contabilizados.

A Entidade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2016

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.14 Ativos intangíveis

Licenças

As licenças (incluindo licenças de software) adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

2.15 Tributos

2.15.1 Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo decreto no. 3000, de 26/03/99, e o artigo 195 da Constituição Federal.

2.15.2 Programa para Integração Social (PIS)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei no. 9.532/97.

2.15.3 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em virtude de ser uma Associação sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis no. 9.718/98 e no. 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento delas sobre suas demais receitas.

A administração entende que, não há incidência sobre receitas de vendas de artesanatos. Como forma de suportar essa posição, está solicitando junto aos assessores jurídicos da Entidade, um estudo com emissão de parecer sobre a incidência dessa e das demais receitas.

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2016

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez. A Entidade não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

3.1.1 Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas frequentemente pela administração da Entidade.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	1.560	511
Bancos conta movimento		
Com restrição	6	-
Sem restrição	123	221.828
	<u>129</u>	<u>221.828</u>
Aplicações financeiras		
Com restrição	33.136	-
Sem restrição	1.373.557	488.182
	<u>1.406.693</u>	<u>488.182</u>
	<u>1.408.382</u>	<u>710.521</u>

Em 31 de dezembro de 2016 as aplicações financeiras da Entidade eram em títulos de renda fixa de curto prazo (Certificado de Depósitos Bancários – CDB), em Instituições Financeiras classificadas como de primeira linha.

O saldo em bancos com restrição se refere aos recursos obtidos de contrato de patrocínio, conforme mencionado na nota 8, os quais somente podem ser utilizados na aplicação nos projetos correlatos.

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2016

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das aplicações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está abaixo apresentada:

	<u>2016</u>
Saldo no início do exercício	488.182
Aplicações	1.572.263
Resgates	(744.052)
Rendimentos	90.300
Saldo no final do exercício	<u>1.406.693</u>

5 Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contribuições a receber – Pessoa jurídica	635.275	140.196
	<u>635.275</u>	<u>140.196</u>

As contas a receber registradas, correspondem às contribuições de instituições e outras pessoas jurídicas, sendo liquidada com bases contratuais. Os contratos foram registrados de acordo com os termos da ITG 2002 – Entidade sem Fins Lucrativos. Os contratos de patrocínio são válidos por 12 meses, em média, sendo renováveis, caso exista interesse de ambas as partes.

6 Tributos a recuperar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ICMS a recuperar	758	-
Tributos a recuperar	-	376
	<u>758</u>	<u>376</u>

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2016

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Imobilizado

	Custo corrigido	Depreciação acumulada	2016	2015	Taxas anuais %
			Líquido	Líquido	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7.768	(1.529)	6.239	6.549	4
Móveis e utensílios	11.353	(1.926)	9.427	10.881	10
Máquinas e equipamentos	7.044	(1.465)	5.579	3.549	10
Computadores e periféricos	52.704	(20.114)	32.590	23.875	20
	78.869	(25.034)	53.835	44.854	

Movimentação do ativo imobilizado:

	2016	2015
Saldo inicial em:	44.854	37.119
Adições	20.966	15.646
Baixas, líquidas	-	(122)
Ajustes	(357)	-
Depreciação	(11.628)	(7.789)
Saldo final em:	53.835	44.854

Os itens registrados no imobilizado foram doados por pessoas jurídicas, registrados pelo valor de mercado da época da doação, cuja contrapartida foi registrada no resultado, na rubrica de doações de pessoas físicas e jurídicas.

8 Serviços a prestar - por projeto

	2016	2015
Instituto Azzi	-	3.733
Brazil Foundation	25.333	16.206
Deutsche Bank	63.316	49.820
Fumcad	574.639	13.314
Instituto Credit Suisse Hedging - Griffo	79.731	35.000
Instituto Alcoa	-	51.877
Sulamerica Seguros	-	36.706
	743.019	206.656

Os serviços a prestar representam as obrigações que a Entidade possui na realização dos respectivos projetos em função dos recursos financeiros (parciais ou totais) já recebidos. A baixa do passivo ocorre mensalmente tendo como contrapartida a conta de receita de projetos na proporção em que são empregados os recursos recebidos na execução dos projetos.

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2016

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Custo e despesas por natureza

	Custos		Despesas	
	2016	2015	2016	2015
Despesas com salários e encargos	763.936	484.061	186.401	122.994
Atendimento às famílias	58.751	35.680	79.150	70.392
Depreciação	-	-	11.738	7.848
Serviços de terceiros	-	-	40.676	13.621
Despesas com aluguel	59.473	8.187	26.890	75.203
Despesas com projeto moradia	39.520	60.830	-	-
Despesas com projeto atelier	54.130	-	-	-
Utilidades (água, luz e telefone)	4.266	-	8.537	8.518
Outras	36.560	50.774	30.637	22.026
	<u>1.016.636</u>	<u>639.532</u>	<u>384.029</u>	<u>320.602</u>

10 Resultado financeiro

	2016	2015
Receita financeira		
Rendimento das aplicações financeiras	90.300	33.133
	<u>90.300</u>	<u>33.133</u>
Despesa financeira		
Despesas bancárias	(5.935)	(3.333)
	<u>(5.935)</u>	<u>(3.333)</u>
	<u>84.365</u>	<u>29.800</u>

11 Serviços voluntários

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à Resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação identificou e mensurou todo o valor de serviço voluntário recebido durante os exercícios de 2016 e de 2015.

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2016

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores de serviços voluntários foram reconhecidos com base em valores de mercado, estando assim sumarizados:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Serviços voluntários técnicos		
Psicólogos	3.587	6.350
Advogados	-	3.058
Pedagogos	941	4.234
Nutricionistas	2.352	6.350
	<u>6.880</u>	<u>19.992</u>
Serviços voluntários gerais		
Administrativo	18.234	3.550
Atendimento às famílias	33.874	24.664
	<u>52.108</u>	<u>28.214</u>
	<u>58.988</u>	<u>48.206</u>

Não houve desembolso de caixa para os valores discriminados acima.

12 Valores de renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC no. 1.409/12, a Associação apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada no exercício de findo em 2016, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Associação não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ISS (5% s/prestação de serviços)	99.071	64.342
IR e CS (34% sobre o superávit do exercício)	225.019	98.093
PIS/COFINS (0,65%/3% - serviços - regime cumulativo)	72.321	46.969
Total	<u>396.411</u>	<u>209.404</u>

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2016

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Seguros (não auditado)

O Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão não possui seguros contratados para a data base de 31 de dezembro de 2016.

14 Contingências e prescrições

Os registros contábeis e as operações da entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e previdenciárias e as eventuais notificações para os recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.

Adicionalmente, de acordo com a legislação vigente, as operações da entidade estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos, com referências aos tributos (INSS, IRRF, ISS, PIS, COFINS, entre outros). Como decorrência destas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionadas, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias de natureza fiscal e previdenciária estão, também, sujeitos à revisão por diferentes períodos prescricionais.

**